

A INVISIBILIZAÇÃO DAS PAUTAS FEMINISTAS E LGBT NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA *

Sandro Augusto Silva Ferreira **

Iole Macedo Vanin ***

Resumo

Este artigo se propõe a uma recuperação histórica e a compreensão de sentidos do processo de implantação do Programa de Ações Afirmativas da UFBA. Por meio de uma análise das fontes históricas, relatos orais e literatura específica procura compreender a correlação de forças e as centralidades políticas das pautas apresentadas no processo. Busca também refletir criticamente sobre o grau de organização do protesto feminista dentro da UFBA naquele período, a fim de compreender as razões que levaram a invisibilização de demandas específicas por ingresso e permanência de mulheres e grupos LGBT's, mesmo que em perspectivas interseccionais, no bojo do Programa de Ações Afirmativas da UFBA.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Permanência. Desigualdades de gênero e sexualidade. UFBA.

Abstract

This article proposes a historical recovery and the understanding of the meanings of the implementation process of the UFBA Affirmative Action Program. Through an analysis of historical sources, oral reports and specific literature seeks to understand the correlation of forces and the political centralities of the guidelines presented in the process. It also seeks to reflect critically on the degree of organization of the feminist protest within the UFBA in that period, in order to understand the reasons that led to the invisibilization of specific demands for the entry and permanence of LGBT women and groups, even in intersectional perspectives, in the Of the UFBA Affirmative Action Program.

Keywords: Affirmative Actions. Permanence. Inequalities of gender and sexuality. UFBA.

* Este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla, nível doutorado, que busca investigar a partir de lentes de gênero as transformações ocorridas no âmbito da Universidade Federal da Bahia entre os anos de 2002 e 2014, no qual as ações afirmativas cumprem papel central.

** Docente da Universidade Federal do Sul da Bahia. Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia pela Universidade da Paraíba e Doutor em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e Feminismo –PPGNEIM/UFBA.

*** Graduada em História pela Universidade Católica de Salvador, Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia. Professora Associada do Departamento de Gênero e Diversidade da Faculdade de Filosofia e do PPGNEIM/UFBA.

Introdução

O desenvolvimento deste artigo se insere num claro envolvimento político e afetivo com a Universidade Federal da Bahia. Espaço com uma longa história de contribuições ao desenvolvimento - assim como para a manutenção de *status quo* - da Bahia, a UFBA é também responsável pela minha transformação como cidadão e parte de uma radical transformação da realidade, que eu espero ainda esteja por vir.

O movimento estudantil - do qual fiz parte - mesmo carregando o antigo estigma de não mais reproduzir as grandes mobilizações do período da ditadura militar, e mesmo sendo marcado por processos de burocratização interna, vai produzir neste momento a percepção da diversidade da própria realidade universitária. A luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, grande mote do movimento estudantil universitário, já não dava conta do conjunto de micro desigualdades internas que, durante todo este tempo, influenciaram inclusive no modelo daquilo que seria idealmente uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Não bastava lutar pela qualidade, era preciso se perguntar para quem e para quantos essa qualidade era ofertada. E a resposta era simples: a universidade brasileira, e especialmente a UFBA, era uma propriedade de uma pequena parte, bem pequena mesmo, daquilo que representava o conjunto do povo baiano.

Duras críticas foram dirigidas à UFBA, em virtude do adiamento que a Universidade vinha fazendo no que tange ao debate sobre a adoção de estratégias de ampliação e diversificação da inclusão social. A população baiana assistia ao crescimento vertiginoso da concorrência no Vestibular e em proporção direta, a elevação do grau de seletividade no acesso aos cursos, sobretudo aqueles de maior prestígio social. (TENÓRIO; REIS, 2008, p. 05)

Neste sentido, a luta por expansão e por manutenção da gratuidade, num contexto adverso como aquele que vivíamos no fim dos anos 1990, passava pela radicalização do caráter público da universidade. Não é pública uma universidade que cerceia, por meios sutis e até por muitos meios explícitos, o acesso de uma massa majoritariamente pobre, mulher, negra e egressa da escola pública, como é a população baiana.

Acredito que é a clareza da necessidade de radicalizar o caráter público da universidade que vai levar ao

fortalecimento dentro do mundo acadêmico - sobretudo no movimento estudantil - do protesto negro, feminista e popular. Foram estas novas lideranças do movimento estudantil, articulada às organizações políticas populares do lado de fora da universidade, que criaram as condições políticas para a urgência de políticas de inclusão na UFBA.

A UFBA ferveu no período de 2000 a 2004, foi um momento de grandes transformações na sociedade e que refletiu no comportamento acadêmico. Os debates entorno das diversas questões das "minorias" ocuparam locais privilegiados, seja em sala de aula, seja no cotidiano da vida universitária. (Karine Oliveira, representante estudantil no CONSUNI em 2004)¹

Mesmo considerando as condições conjunturais favoráveis a partir do ano de 2002, com a eleição de Lula à presidência do país e a ascensão à Reitoria da UFBA do grupo liderado pelo Prof. Naomar Almeida, não tenho dúvidas que as marcas do tradicionalismo e do conservadorismo, tão impregnadas na UFBA, dificilmente seriam rompidas se não houvesse do outro lado a disposição radical dos movimentos sociais organizados, dentro e fora da universidade, para levar adiante a demanda pelas ações afirmativas.

Vemos assim, como foi importante a organização da juventude negra - alunos e ex-alunos dos cursinhos pré-vestibulares para negros de Salvador e universitários negros - no processo de aprovação de ações afirmativas para a população negra na Ufba através da implantação do sistema de cotas na Ufba. (CARDOSO, 2006, p. 214)

Diversos são os estudos e registros históricos que apontam o protagonismo do Movimento Negro baiano na luta e proposição do Programa de Ações Afirmativas da UFBA. Muitos personagens na estrutura da gestão e no corpo docente e discente da universidade já são conhecidos e reconhecidos nesta trajetória.

Muitos estudos, grupos de pesquisa e eventos acadêmicos foram produzidos a fim de avaliar e fomentar as ações afirmativas no Brasil. A UFBA inclusive - ao se considerar o protagonismo do seu modelo - vem sendo estudada sistematicamente por pesquisadores externos e por instituições de pesquisa consolidadas da própria UFBA, como o CEAO² (Teles, 2012 e 2013).

¹ Entrevista concedida em 24 de outubro de 2016.

² Centro de Estudos Afro Orientais, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

Por meio destes estudos é possível mergulhar profundamente nos processos de mobilização política, especialmente do movimento negro, interno e externo a UFBA, e das organizações educacionais diretamente envolvidas no esforço de combater os mecanismos de desigualdade de acesso à universidade, com destaque para os diversos Quilombos Educacionais atuando em Salvador (Cardoso, 2006). Temos também um acesso direto aos processos de elaboração e decisão do Programa de Ações Afirmativas da UFBA, identificando os agentes, as pautas e as tensões no período entre 2002 e 2004 dentro dos fóruns legais (CONSEPE e CONSUNI) da universidade (Teles, 2012). Por fim, um conjunto de outros estudos apontam a centralidade do debate sobre permanência para o sucesso da política de reserva de vagas adotada pela UFBA (Tenório; Reis, 2008).

Ainda considero necessário o aprofundamento de estudos sobre não apenas as/os protagonistas desta luta, mas também sobre o processo de constituição teórica daquela demanda social. Como a elaboração que transitava entre grupos de pesquisa e entidades do movimento social foi realizada e qual o grau de profundidade das pesquisas que levaram àquela formulação.

Em entrevista o prof. Naomar Almeida destaca a existência de diversas lacunas nas proposições teóricas; no protagonismo e intervenção no processo; na identificação da correlação de forças estabelecida e na própria percepção das possibilidades de ampliação das conquistas para além dos 40% de reserva de vagas para negros originalmente proposto.

E aí perderam coisas interessantes, por exemplo, e isso é um registro a ser feito, na apreciação interna da própria equipe de gestão do que estava sendo proposto o percentual de 45% era um percentual para negociar, a gente pretendia chegar aos 50% (...) e era mais pela ausência, e como não participaram do processo de construção do conceito, perderam a oportunidade... (Naomar Almeida, ex-reitor da UFBA, entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016).

Porém, cabe indagar onde estavam e qual o papel de outras organizações e movimentos sociais nesta luta. Movimentos indígenas, sindicais, associações populares, partidos de esquerda são lembrados no decorrer do processo. Este estudo buscou verificar, em específico, onde se inseriu nesta luta as demandas específicas, ou interseccionais, das mulheres e LGBT's

por políticas de ingresso e permanência na universidade.

O conjunto destes estudos permite também perceber que o protesto feminista, mesmo o feminismo negro, não é citado como protagonista direto deste movimento. Incomoda uma ausência nestes estudos acerca do papel jogado por lideranças feministas e pelas possíveis demandas específicas voltadas às mulheres, em especial para as mulheres negras a serem reivindicadas e implantadas no conjunto de ações de ingresso e permanência adotados ou previstos para a UFBA neste período.

O mesmo é possível afirmar quanto ao papel das lideranças do movimento LGBT, atuantes na denúncia dos mecanismos de exclusão e discriminação dentro da universidade, mas que não aparecem nestes estudos como co-protagonistas e demandantes por políticas específicas voltadas ao ingresso e a permanência na UFBA.

Neste sentido vale considerar o contexto da luta pelas ações afirmativas entre 2002 e 2014, para com isso localizar o papel das pautas feministas e LGBT's no cotidiano acadêmico e político geral da UFBA. Compreender também o longo processo de debate e elaboração do Programa de Ações Afirmativas aprovado em 17 de maio de 2004.

Um olhar de gênero sobre a elaboração e implantação do Programa de Ações Afirmativas da UFBA

Como já destacado anteriormente, vivemos um processo muito importante no que tange a consolidação das Ações Afirmativas na Universidade. As primeiras e mais destacadas experiências de adoção de reserva de vagas já completaram os dez anos, tempo apontado em muitos destes projetos como o necessário para a avaliação e revisão das conquistas alcançadas.

Somado a isto, temos o ápice da implementação da Lei 12.711/2012 - a Lei de Cotas - neste ano de 2016, quando todas as instituições federais de ensino superior deverão reservar no mínimo 50% das suas vagas a egressos de escola pública, considerando dentro destes as devidas proporções de afrodescendentes,

indioscendentes e estudantes com renda de até 1,5 salário mínimo per capita.

Como se já não bastasse, vivemos nestes últimos dois anos uma grave crise institucional que produziu um golpe parlamentar, claramente intencionado em frear processos de compensação social na desigual sociedade brasileira. A expansão e os mecanismos de democratização da universidade vinham sendo parte destacada destas medidas adotadas pelo governo recentemente deposto.

Ao longo da pesquisa muitos elementos já adiantavam, num olhar aligeirado, as razões dessas ausências. Certamente a referência à falta de proposições objetivas destes seguimentos, ou mesmo a ideia - quase consensual - da urgência maior por políticas de ingresso e permanência para negros, de origem popular ou não, visivelmente os mais ausentes na universidade pública, são sempre consideradas como razões plausíveis.

Mas nos interessa ir mais fundo para entender os sutis mecanismos que hierarquizam demandas, ou que entorpecem a percepção de necessidades reais - e também urgentes - de mulheres e LGBT's no acesso e permanência à universidade. Em alguns casos, como o de mulheres negras, ou de mulheres transgêneros, nem a mais forte ilusão conseguiria inebriar a realidade de sua exclusão da universidade, sempre muito eficiente em produzir imagens que impõe a estas mulheres uma auto regulação dos seus anseios quanto à formação universitária.

Assim, uma análise mais cuidadosa: da organização política entorno da luta por ações afirmativas; do grau de organização de entidades acadêmicas e políticas feministas e LGBT's na UFBA do início do século XXI; dos espaços decisórios formais que incorporaram as demandas apresentadas; e das políticas institucionais adotadas a fim de garantir o sucesso do Programa de Ações Afirmativas por meio de políticas de permanência ampliadas e qualificadas, poderá nos permitir uma reflexão daquilo que chamaremos aqui de invisibilização das questões de gênero e sexualidade na universidade, e dessa forma poderão criar condições para que os próximos passos desejados venham a considerar e priorizar ações voltadas ao combate do

androcentrismo, do sexismo e da lgbtfobia, ainda muito fortes na universidade.

Para tanto, cabe uma genealogia deste processo, produzida por meio do escrutínio dos diversos trabalhos já produzidos, dos documentos registrados nos fóruns legais da UFBA e da memória dos principais agentes envolvidos neste processo.

Esta se inicia com a compreensão do papel de dois agentes que fomentam, e eu diria até exigem o debate sobre a implementação de cotas na UFBA: O DCE da UFBA e o Comitê Pró-Cotas organizado entorno do CEAfro/CEAO.

No ano de 2001 durante uma reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando se avaliavam mudanças propostas para o vestibular 2003, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) propôs que fosse incluída nas mudanças a adoção de 40% de cotas para negros. (TENÓRIO; REIS, 2008, p. 05)

O movimento estudantil na UFBA viveu, no final dos anos 1990, um intenso processo de crise política que possibilitou, por sua vez, uma virada organizativa muito importante para a conjuntura instalada no processo de adoção das ações afirmativas. A já constituída crise de mobilização geral, fruto do processo de burocratização e disputa fratricida no âmbito da UNE, exigiu que os diversos grupos se repensassem em suas bandeiras e modelos organizativos.

Acredito que neste processo duas conquistas precisam ser destacadas: a ampliação do diálogo com os novos movimentos sociais, em sua maioria fora da universidade, o que produziu uma nova geração de lideranças estudantis que interseccionalizam a sua militância estudantil com outras militâncias em minorias sociais, em especial no movimento negro e feminista; e a qualificação da intervenção estudantil no fóruns acadêmicos, sobretudo congregações e conselhos superiores, com o deslocamento dos seus melhores quadros para esta fundamental tarefa, antes estigmatizada como atividade burocrática ou de interesse apenas dos "mais acadêmicos".

O resultado disso, em meu entender, foi uma qualificação do discurso, agora capaz de articular outras categorias teóricas para além dos antigos chavões de um marxismo ortodoxo, e uma

preocupação em qualificar a presença na própria vida universitária.

A diversificação dos projetos de identidade no seio do movimento estudantil, refletiu também na proliferação de grupos identitários organizados na UFBA, produzindo um empoderamento intelectual ao mesmo passo em que se constituíam em grupos de pressão por mais e melhores políticas de permanência.

O resultado mais interessante deste processo vai se verificar no fortalecimento de laços políticos, mas também de ancestralidade que produziram verdadeiras redes de cooperação, visando a sobrevivência num ambiente muitas vezes hostil, por conta das diversas formas de preconceito e pelas exigências materiais de cada componente curricular a ser cursado. É entre as/os afrodescendentes que este fenômeno vai se dar de modo mais intenso.

Essa simbiose entre um movimento de estudantes negras/os na universidade, a articulação em rede de intelectuais negros no corpo docente da UFBA e a intensificação da mobilização do movimento negro na cidade de Salvador, vai gerar um grupo de pressão e de elaboração forte que se materializará no Comitê Pró-Cotas, ativo entre 1998 e 2004³.

Destaco neste processo o papel jogado pelo Fórum de Quilombos Educacionais (Cardoso, 2006, p. 137-139) que articula o funcionamento, mas principalmente a mobilização política de diversos Cursos pré-vestibulares populares. A condição de grupo de interesse e, ao mesmo tempo, movimento social com projeto político transformador, vai permitir uma intervenção intensa, mobilizando aqueles que eram os mais interessados na democratização do acesso e permanência na universidade.

A intervenção do DCE, que apresenta em 2001 uma carta ao CONSEPE formalizando a demanda pelas Cotas para negros de 40%, somado as constantes intervenções e proposições feitas pelo Comitê Pró-Cotas, vai gerar as condições para o acolhimento - nos Conselhos Superiores da UFBA - da necessidade de formalizar o debate com o objetivo de “estudar, sistematizar e apresentar documento-proposta sobre

estratégias de inclusão social” (Teles; Queiroz, 2012, p. 42).

Pela primeira vez na história da UFBA o debate das cotas assumia posição de destaque na Universidade... tínhamos pressa! A correlação de forças interna (reitorado) e externa (movimentos sociais) era favorável e não queríamos deixar passar o momento! (Karine Oliveira, 24 de outubro de 2016)

Há também uma percepção em alguns depoimentos, documentos e literatura específica, de que se apresentava por parte da nova gestão da Reitoria empossada em 01 de agosto de 2002, dirigida pelo Prof. Naomar Almeida, o plano de discutir na UFBA mecanismos de inclusão e expansão de vagas.

[...] ampliar o acesso à Universidade, adotando como critério, além do tradicional concurso vestibular, a classificação na prova do ensino médio. Mais importante que isso e certamente de grande impacto social será a implementação de uma política de reserva de vagas para alunos oriundos de escolas públicas ou membros de grupos sociais excluídos. (Missão Social da Universidade - Item 3 – do discurso de posse do Reitor Naomar Almeida, 2002)

Essa simbiose dos interesses políticos apontados no programa de gestão da nova reitoria, somado ao favorecimento da conjuntura, é apontada pelo Prof. Maerbal Marinho, em entrevista concedida a esta pesquisa.

A criação do GT, especificamente, com a composição que teve, decorreu das demandas apresentadas. Entretanto, já havia a previsão, e constou de discussões durante a campanha para a Reitoria, de que a questão seria proposta para discussão e defendida. Uma cobrança então era de que, apesar de provocada há alguns anos, a questão não era sequer pautada para debate. Não lembro que houvesse, então, um detalhamento de que características teria a reserva de vagas, inclusive porque nunca ocorrera a discussão que estava sendo proposta. Mas, a ação dos grupos de pressão, junto à universidade e no GT, através de seus representantes, foi essencial para a formatação alcançada e a inclusão das frações étnicas.⁴

O resultado objetivo deste acolhimento se dará pela criação de um Grupo de Trabalho, por determinação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)⁵ da UFBA, fórum onde as principais discussões vinham sendo realizadas. A proposição de que este GT⁶ teria como tarefa traçar estratégias de *inclusão social* demonstra a clareza de que existiam diversas populações sub-representadas na UFBA, o

⁴ Entrevista concedida por escrito no dia 19 de setembro de 2016.

⁵ Reunião do dia 21 de outubro de 2002.

⁶ O GT teve composição paritária entre homens e mulheres na maior parte do seu funcionamento.

³ <http://www.ceafro.ufba.br/web/index.php/projetos>

que levaria a necessidade de um amplo debate por parte deste grupo.

Além das diversas reuniões do grupo de trabalho, merece destaque as constantes intervenções do Comitê Pró-Cotas - tanto frente ao GT, quando nos demais fóruns da UFBA - com manifestos e atos públicos que tiveram importante papel no direcionamento da discussão para as cotas raciais, como ponto central do debate. O Grupo de Trabalho chega a incorporar em sua composição dois representantes indicados pelo comitê, incorporando mais uma mulher no grupo, a jornalista e professora Ceres Santos. Segundo Joseane Fagundes, havia dentro do comitê uma preocupação com a composição equilibrada entre homens e mulheres já que *“começou a se prezar por paridade naquele período”*.

Apesar deste aspecto não haviam discussões sobre as demandas específicas de mulheres e LGBT's dentro do GT. Todo o debate acabou sendo marcado pela suposta “oposição” entre cotas sociais e cotas raciais. Ainda segundo Joseane, o significado da preocupação pela paridade na composição girava entorno da luta de caráter político já que, naquele momento, *“o debate de mulheres era para ocupar os espaços de decisão, por isso a paridade”*.

Desta sorte, ao que parece não foram feitas menções, no âmbito da discussão interna do Grupo de Trabalho, às questões relacionadas a exclusão ou condições de permanência mais difíceis de mulheres ou grupos LGBT's na universidade. Em entrevista, o professor Maerbal Marinho também afirma: *“Não tenho nenhuma lembrança de proposições que contemplassem questões de gênero”*. O foco das discussões era as cotas para ingresso de negros e/ou egressos de escola pública. Apesar de algumas menções⁷ à especificidade das desigualdades de acesso e permanência das mulheres negras, também não foram verificadas neste período menções que apontassem para alguma política específica, interseccional, para as mulheres negras.

⁷ Segundo Karine Oliveira, representante discente no CONSUNI no período de aprovação do PAA –UFBA, *“em algum momento o debate foi transversalizado com o papel e local da mulher negra na UFBA, para estas temáticas contávamos com as contribuições de Olivia Santana e Vilma Reis”*.

[...] as mulheres negras, sobretudo as auto-declaradas pretas, estavam submetidas à situação de maior desvantagem com relação ao acesso a cursos considerados como alvo de maior prestígio social e/ou com maiores e melhores chances no mercado de trabalho, isto é, os cursos ditos de prestígio. Em geral, esse contingente de estudantes (pretas) se situava naqueles cursos menos prestigiados socialmente e tidos como de perfil feminino; e mesmo aí sua presença era bastante reduzida. (QUEIROZ, 2008, p. 132-133)

Além disto fica evidente que os dados estatísticos, sobre a composição dos alunos da UFBA entre 1998-2001, apresentados pela SSOA ao GT, foram decisivos para a construção da ideia de que *“como política afirmativa a questão de gênero não tinha argumentos, já que tinha mais mulheres na UFBA, no período, que homens”*⁸.

Já há muitos elementos que comprovam o quanto as representações simbólicas acerca da ampliação, e majoritariedade, da presença feminina na universidade tem se ampliado, reconstruindo inclusive a noção simbólica de “estudante universitário”. Não parece mais estranho à sociedade a existência de mulheres na universidade, pelo menos no corpo discente. Mas há de se ressaltar que esta representação não alcança todos os tipos e subgrupos de mulheres, sobretudo as periféricas e contra - hegemônicas.

Não só na época do debate sobre as ações afirmativas, mas também ainda hoje, se percebe uma dificuldade em avaliar de modo mais qualitativo a realidade do cotidiano feminino na universidade. A dedicação e sucesso que ocorre na maioria destas trajetórias acaba por esconder as dificuldades inerentes à condição de mulher num espaço anacumênico, marcado pelo androcentrismo. A necessidade de se enquadrar em padrões de prática acadêmica hegemônicas (masculinos, na maioria dos cursos), acaba por mascarar estas diferenças.

O programa de Ações Afirmativas adotou referências econômicas (caracterizadas na proveniência da escola pública) e étnicas. Não contemplou questões de gênero. Também não sei se seriam significativas. O que acontece na sociedade não se repete necessariamente nos cursos da Universidade. Em diversos cursos as mulheres podem ser maioria, ou a diferença não ser significativa. Inclusive nos de alta demanda e nos que não tinham esse histórico. Fui professor da engenharia. Quando ingressei como estudante as mulheres eram menos de 5%. Isso mudou ao longo do tempo

⁸ Entrevista concedida no dia 15 de setembro de 2016, por Joseane Fagundes, membro do GT PROGRAD/CONSEPE entre 2002-2003.

independentemente da universidade. (Maerbal Marinho, 19 de setembro de 2016).

Como já expressei anteriormente parto do pressuposto de que - destarte invisibilizações e leituras simplistas das questões no seio do movimento na época – a quase exclusividade da pauta por cotas para negros/as é muito resultante de uma hierarquia de urgência da demanda (leitura que considero legítima), somado a uma postura tática (não necessariamente consciente) que, diante das resistências que se colocariam (e se colocaram), levou o movimento a concentrar a luta na demanda étnico-racial.

Ao passo que estudos – a maioria excessivamente estatísticos – sobre a ampliação da participação feminina na universidade proliferam, ainda somos limitados quanto à percepção das peculiaridades estruturais e simbólicas da entrada e, sobretudo, da permanência de mulheres na universidade. Crédito a esta ausência a praticamente inexistência de recortes ou políticas específicas voltadas às mulheres no bojo das políticas de ações afirmativas, que se espalharam por muitas universidades na primeira década deste século.

Sabe-se que, nas duas últimas décadas, verifica-se no país um crescimento considerável do ingresso de mulheres nas universidades, tanto estudantes como docentes, observando-se, também, incrementos na proporção de mulheres, nestas duas categorias, nos cursos de pós-graduação. Entretanto, não se dispõe de estudos mais aprofundados das condições em que vem se dando este processo, principalmente quanto às dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Dada a especificidade da condição feminina na sociedade, cumpre analisar, por exemplo, quantos anos, em média, as mulheres levam para concluir seus cursos de pós-graduação em comparação ao que acontece no caso dos homens. Que discrepâncias podem ser observadas entre homens e mulheres, no que se refere à idade média em que ingressam nestes cursos e obtêm os títulos neles conferidos? (COSTA; SARDEMBERG, 2014, P. 08)

Merece também atenção nesta análise, os processos de fortalecimento e constituição de espaços formais da luta negra e da luta feminista no movimento estudantil, especialmente no DCE da UFBA. O protagonismo da temática e de lideranças estudantis que também eram militantes do movimento negro era significativo. Pelo menos desde a década de 90 já existia na composição do Diretório Central dos Estudantes uma pasta exclusiva sobre o tema, na maioria do tempo intitulada de Diretoria de Combate ao Racismo. Da UFBA, inclusive, saiu diversas lideranças que assumiram esta

pauta na diretoria da UNE, com protagonismo na luta nacional.

A pauta feminista, por sua vez, demorou um pouco mais para assumir esta centralidade. Mesmo já sendo histórico a organização feminista dentro da UFBA, por meio de intelectuais feministas, órgãos de pesquisa (NEIM) e grupos de estudantes feministas, o peso da pauta e desta militância no DCE⁹ era menor do que a importância do tema e a representatividade da militância na UFBA exigiriam.

Não estaria equivocado em afirmar que, apesar da participação combativa e corajosa de diversas lideranças mulheres no período da aprovação do PAA¹⁰, na composição do DCE, e nas lutas mais recentes¹¹, as marcas do sexismo e do machismo estavam presentes em reuniões, no discurso e nas formas de organização. Acredito também que um certo androcentrismo inconsciente orientava a pouca (ou quase nenhuma) percepção do movimento estudantil acerca da importância das questões de gênero, e também de sexualidade, no movimento estudantil do período que antecede o grande debate por ações afirmativas na UFBA.

Outro ator central desta luta é o Comitê Pró-cotas. O protagonismo deste grupo é localizado em diversas publicações e antecedente ao processo. A composição é ampla, articulando intelectuais negros da própria UFBA, os Quilombos Educacionais e organizações negras de Salvador.

⁹ Um sintoma deste provável menor destaque é a dificuldade da maioria das informantes – lideranças femininas e feministas do DCE a época – em identificar períodos, nomes e ações específicas da pasta de Diretoria de Mulheres da UFBA.

¹⁰ “Não sei situar desde quando o DCE incorporou a luta feminista, pois quando entrei na Universidade o DCE já travava este debate. No período em que estive como diretora de assistência estudantil tínhamos muitas mulheres ocupando os assentos diretivos da entidade...” (Karine Oliveira, 24 de outubro de 2016)

¹¹ Em 2014 a Diretoria de Mulheres do DCE da UFBA realizou o Iº Encontro de Mulheres Estudantes da UFBA – EME, que consolida o processo de fortalecimento da auto-organização feminista no movimento estudantil da UFBA. Outros dois encontros foram realizados em 2015 e 2016, tornando as questões de gênero e também as lutas contra a lgtfobia pautas com muito mais visibilidade na UFBA. Por meio da Frente Feminista, que constrói o esforço de organização política dentro da UFBA, muitas das pautas e demandas por políticas específicas de ingresso e permanência para mulheres na UFBA tem assumido grande centralidade frente as últimas gestões da reitoria.

A presença feminina entre as lideranças do grupo é significativa, mas faltam a esta pesquisa informações e fontes que detalhem a presença da preocupação com as questões de gênero nos seus debates internos, em especial aquelas que apontassem para adoção de medidas de ingresso e permanência específicas para mulheres, ou mulheres negras. Mas é possível afirmar que no interior do GT PROGRAD/CONSEPE, o debate praticamente ignorou as questões de gênero e sexualidade, girando quase que exclusivamente na suposta oposição entre adotar “cotas sociais” ou “cotas raciais”.

Eu não me recordo destas discussões relacionadas às questões de gênero, sexualidades, e nem de uma perspectiva interseccional. Eu lembro, logicamente, das questões étnico-raciais, e lembro que a discussão principal era se seriam cotas sociais ou cotas raciais. Mas os marcadores de gênero, de sexualidade, numa visão interseccionalizada ligada as mulheres, eu não me recordo disto não. Lógico que todas as atividades ligadas ao feminismo negro tinham pontuado esta questão, de que quem mais sofre são as mulheres negras no mundo. Mas uma discussão relacionada a cotas voltadas para os marcadores de gênero e sexualidade realmente eu não me recordo disso aí, deste debate. (Ediane Lopes, 30 de outubro de 2016)

Este foco ampliado (cotas sociais), ao meu ver, levou inclusive a dificuldade de perceber que a proposta implementada - que partia da reserva para egressos de escola pública, para desta produzir as reservas de recorte racial e de renda – não era incompatível com a luta pela visibilidade da luta negra por reparação. Era inclusive uma postura tática adequada no quadro complexo de disputa interna.

Porém, mesmo considerando todas estas questões táticas e teóricas que envolveram o debate, cabe ressaltar que não faltaram interrupções ao processo que visavam o detalhamento da política de ações afirmativas, buscando inclusive construções interseccionais para a definição do formato da reserva de vagas. O caso mais destacado no processo é a participação e produção de demandas específicas de entidades representativas dos índios descendentes e indígenas.

Mesmo sendo evidente a relevância da demanda por cotas e políticas específicas para este segmento, me chama atenção a disposição - dos grupos em disputa - em acolher esta pauta, ao passo que demandas das organizações feministas e LGBT's (que acredito já

eram internamente mais organizadas politicamente) não tiveram a mesma expressão e acolhida.

Mais uma vez os dados estatísticos competiram a favor do reconhecimento da demanda indígena que - de modo evidente - possuía uma representação muito pequena no corpo de discentes da UFBA, especialmente se considerarmos a sua representatividade no perfil populacional baiano. Documento apresentando ao GT no ano de 2003 pela UNID (União dos Índios Descendentes) apontava a baixa presença de índios da Bahia na universidade (TELES; QUEIROZ, 2012, p. 46).

No decorrer do longo debate, merece destaque também o protagonismo de gestores de outras universidades que já haviam adotado as cotas para negros. Entre estes chama a atenção o protagonismo de duas mulheres reitoras: a professora Nilcéa Freire da UERJ e a professora Ivete Sacramento da UNEB. A professora Nilcéa, inclusive, proferiu uma conferência¹² em novembro de 2002, no Salão Nobre da Reitoria, que marcou grande simbolismo na luta pela implantação das cotas na UFBA.

Mesmo considerando a relevância política e simbólica de se tratar de uma reitora mulher e afrodescendente, que posteriormente assumiu por sete anos a Secretaria Especial de Política para as mulheres durante o governo Lula, não existem referências a adoção de medidas específicas voltadas para mulheres no bojo das políticas de ações afirmativas adotadas na UERJ. Inclusive são muitas as críticas localizadas¹³, especialmente do campo da oposição de esquerda ao governo petista, à pouca atenção dada as questões da mulher na universidade enquanto fora reitora.

O caso da UNEB também é sintomático. Por conta do seu pioneirismo, diversos estudos sobre as ações afirmativas ressaltam o processo de discussão e aprovação das cotas na Universidade do Estado da Bahia. Do mesmo modo, as reações dos setores conservadores da universidade e da elite baiana foram

¹² O seminário sobre Políticas de Ação Afirmativa na Universidade ocorreu como parte da Reunião Plenária da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior – ANDIFES (TENÓRIO; REIS, 2008, p. 05)

¹³ MARCONSIN, Cleier. Quem é Nilcéa Freire? Disponível em <http://www.pstu.org.br/node/4177>. Comunidade no Facebook “Nilcea Freire como vice de freixo NÃO!” Disponível em <https://www.facebook.com/nilceiano/>.

significativas, tornando coesa a constituição do campo em defesa da adoção das cotas, que buscou unificar a intervenção e a apresentação das pautas.

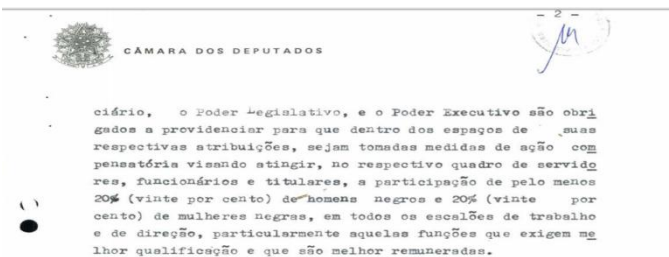
Não é interesse desta pesquisa escrutinar o processo de construção das políticas afirmativas da UNEB, mas é possível perceber por meio de algumas publicações e da leitura da Resolução nº 196/2002 do Conselho Universitário – CONSU/UNEB¹⁴, que não ocorreu neste processo indicações para que a política adotada considerasse especificidades interseccionais que incluíssem o gênero (sequer flexões no texto) ou outros marcadores de desigualdade.

Não podemos desconsiderar, é claro, as condições políticas estabelecidas, interna e externamente a UNEB, que em 2002 ousava adotar uma política ainda por demais inovadora. Sem dúvida qualquer ampliação na produção da demanda poderia tornar o processo de aprovação ainda mais difícil, que mesmo depois de aprovada - num ato quase épico dentro do CONSU - exigiu ainda um longo processo de convencimento externo e também interno por meio de uma “força tarefa para divulgar as decisões tomadas pelo CONSU junto aos Departamentos da UNEB” (SILVA, 2010, p. 95).

Novamente só me estranha as poucas referências ao fator anacumênico da presença de mulheres negras na universidade. Mesmo que fossem discutidas apenas como meio de convencimento, e de demonstração do grau de exclusão gerada pelo cruzamento destes dois marcadores - raça e gênero - era de se esperar num contexto como a UNEB marcado pelo protagonismo bastante significativo de professoras negras, entre elas a reitora Ivete Sacramento.

Somado a isso merece destaque a existência de leis e proposições de leis que consideravam as desigualdades de gênero em outros ambientes públicos, como a política partidária e o funcionalismo público. Além da existência da Lei 9.504/97, que estabelece cotas de 30% das candidaturas eleitorais por partido para mulheres, era de amplo conhecimento dos setores organizados do movimento negro – claros protagonistas da adoção das cotas tanto na UNEB quanto na UFBA – do Projeto de Lei nº 1.332,

apresentado em 14 de junho de 1983 pelo então Deputado Federal Abdias do Nascimento, que estabeleceria cotas de no mínimo 20% das vagas nas diversas áreas do serviço público especificamente para mulheres negras.



É evidente a clareza da proposição - apresentada em 1983 – acerca da especificidade e ampliação de intensidade da discriminação, e das desigualdades de oportunidades, que incidem sobre as mulheres negras. Isso fica evidente na justificativa do Projeto¹⁵, que infelizmente não foi aprovado, sendo arquivado depois de um longo trâmite no dia 05 de abril de 1989.

Constatando a elevada intensidade de discriminação contra a mulher negra no mercado de trabalho, comprovada nas estatísticas e também em outros tipos de pesquisa (ver bibliografia), percebemos a necessidade de especificar as metas relacionadas à força de trabalho negra feminina; daí a especificação de 20% os homens negros e 20% para as mulheres negras. Cremos que as medidas de ação compensatória e as formas de sua incentivação e obrigatoriedade, estão definidas no texto da legislação de forma auto-explicativa. (Justificativa do PL 1.332/83, p. 13)

Mesmo com todos estes antecedentes e fatores teóricos e políticos, o encaminhamento do Programa de Ações Afirmativas nos fóruns da UFBA (formais e informais) seguiu num intenso debate, que como já dito se circunscreveu aos marcadores de origem escolar, raça/etnia e renda.

As questões de gênero e sexualidade, e outros marcadores permaneceram “invisíveis” durante o debate, e só foram mencionados, por exemplo, como motivo de chacota por professores nos debates virtuais (troca de e-mails em listas internas da UFBA), como bem demonstra Jocélio Teles e Delcele Queiroz (2012, p. 60-71). Sem a identificação dos autores, o artigo nos

¹⁴ Disponível em <http://www.uneb.br/files/2016/07/196-consu-cotas-afro.pdf>.

¹⁵ Integra do projeto disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B7E6D9C2D3961D1076A071E0B4265D71.proposicoesWeb2?codteor=1167638&filename=Dossie+-PL+1332/1983

traz o asco de argumentos recheados de sexismo, homofobia, preconceito geracional e meritocracismo.

Alguns merecem ser reproduzidos para que tenhamos a devida percepção do quão complexo e difícil foi a luta pela implantação das cotas na UFBA.

— ‘Prezados colegas, a lógica do argumento é impecável. A discriminação realmente constitui uma dificuldade de acesso de elemento ao ensino superior. Mas por que resolver só o problema do afro-descendente? Para a mesma lógica, e desde que a posição socioeconômica não trabalhe como linha de corte, eu proponho imediatamente que outros discriminados sejam, igualmente, contemplados: **cotas de 51% para mulheres**; cotas de 4,7% para os descendentes de indígenas; **cotas de 0,3% para pessoas que sofreram violência ou violência sexual na infância**; cotas de 0,8% para cegos ou pessoas com sérias deficiências visuais; cotas de 2,1% para portadores da Síndrome de Down; **cotas (ser definido) para travestis e transexuais**; cotas de 1,2% para paraplégicos ou hemiplégicos; cotas de 0,1% para gagos ou pessoas afetadas para outras dificuldades semelhantes; cotas de 4,9% para vegetarianos. A lista não é certamente exaustiva. Mas certamente pode ser completado no processo de discussão. Ou será que permanece algum bom senso? Saudações,’ (TELES; QUEIROZ, 2012, p. 61)

Aqui fica evidente o grau de ignorância de uma parcela significativa, eu diria, do corpo docente da UFBA na época. Tratar com tamanha chacota algo tão sério, e levado ao debate com muito cuidado pela reitoria e movimentos sociais, só demonstra o difícil quadro de disputas internas para a adoção das ações afirmativas.

E nesta fala - que ao que parece foi uma das primeiras - o achincalhe chega ao mal gosto de tratar questões ligadas a saúde ou a violências sofridas (sexuais, por exemplo) como desigualdades que se corrigiriam (ou se compensariam) com o prêmio de uma vaga na universidade. Aqui as mulheres são lembradas como maioria da sociedade, na referência aos 51%, para apenas desqualificar a proposta. E quando faz referência aos grupos transgêneros - visivelmente um grupo segregado da universidade - solta um *“ser definido”* como mais uma categoria sem importância.

As reações são imediatas - assim como os apoios velados - nos e-mails que se seguiram, mas curiosamente, quase nenhum fez referência a possibilidade de demandas reais (e razões para isso) referentes às mulheres, transgêneros, e deficientes físicos.

Mesmo toda a troca de e-mails tendo ficado limitada a oposição cotas sociais x cotas raciais, uma declaração

- entre as que mais geraram reação - veio de uma antropóloga feminista:

— Para termos certeza de que não se trata apenas de uma defesa de privilégios de cor, seria importante que aqueles emitindo opinião contra ou a favor das cotas se identificassem em termos de cor. Sou fenotipicamente branca e totalmente a favor das políticas de ação afirmativa. Aliás, devo dizer que ao ler as posições dos colegas (até agora, todos homens...) contrários a essas políticas fico temendo pela nossa conquista - a conquista das mulheres - em relação a cotas mínimas nos partidos e sindicatos. (TELES; QUEIROZ, 2012, p. 69)

Apesar de, com sua declaração, demonstrar que a reação as cotas raciais são semelhantes as diversas outras reações a luta por mais direitos de minorias sociais, a declaração evidencia que políticas específicas voltadas as mulheres ou a LGBT's nas universidades, mesmo que de modo interseccional, não era um horizonte do debate naquele momento. Reconheço que diante de um ataque frontal a demanda por cotas para negros, e todo o racismo à brasileira que permeia estas reações, nada mais legítimo que a concentração dos esforços numa só pauta.

O debate se seguiu e não faltaram também apelos ao discurso do mérito (*“vamos deixar de muito axé, samba e estudar. Ou você tem competência ou não tem e acabou”*), e as previsões de que a adoção das ações afirmativas contribuiria *“para o aumento da evasão escolar e para a queda da qualidade profissional que se colocará no mercado de trabalho”* (TELES; QUEIROZ, 2012, p. 71). Mas, a caravana passou, e em 13 de abril de 2004 o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) aprovou a proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho coordenado pela PROGRAD. O Professor Maerbal Marinho resume da seguinte forma o modelo aprovado, e o significado desta proposta para medidas que foram adotadas a nível nacional posteriormente:

O Programa de Ações afirmativas da UFBA não foi o primeiro a prever cotas, mas **foi o primeiro com as características que tem:**

- Reserva de vagas para **estudantes provenientes das escolas públicas** e, dentro dessa reserva, um fracionamento étnico baseado no identificado pelo IBGE para a principal região de influência da Universidade. Além disso, duas vagas adicionais por curso (além do módulo ofertado) para **indígenas e quilombolas**. Esse critério das **frações étnicas dentro da fração social** foi o **modelo adotado para lei federal** que estabeleceu as cotas nas demais IFES. [...]

Então, o programa da UFBA foi protagonista em diversos aspectos, tanto que a lei das cotas repete critérios adotados no mesmo. Também enfatizou a necessidade do apoio à permanência que

acabou se traduzindo em programas de bolsas com recursos orçamentários, que não existiam antes.

Entre a aprovação no CONSEPE e a aprovação no CONSUNI¹⁶, separadas por mais um mês, o debate se acirrou nas redes e nas unidades da UFBA. Porém, a força daquele movimento, caracterizado por uma juventude que já estava dentro, e uma parte - ainda maior - que estava do lado de fora porém ávida pelo acesso à universidade pública, era incrível e disposta a radicalizar a luta para garantir as ações afirmativas. Não deu outra

Em 17 de maio de 2004 o Programa foi aprovado e implementado pela primeira vez no vestibular de 2005. Deste modo, a UFBA passa a figurar entre as Instituições de Ensino Superior que adotou o sistema de cotas para negros em seu processo seletivo e entendeu que, ainda que a Universidade tenha ao longo dos últimos anos desenvolvido estudos e atividades que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais, essas iniciativas não são suficientes, em muitos casos são pontuais e nem sempre trazem grandes impactos sociais. (TENÓRIO; REIS, 2008, p. 06)

As reivindicações feministas por inclusão/reparação na UFBA

A aparente ausência de proposições e ações claramente motivadas pelo combate aos fenômenos que interferem na permanência de mulheres na universidade, nos leva a crer que a luta feminista na UFBA não ocorria, ou centrava atenção em outros aspectos da opressão de gênero, dentro e fora da universidade.

Assim como a ampla maioria das universidades, a UFBA em sua história foi marcada pela reduzida presença feminina, e por consequência feminista, na maior parte da sua história. Porém há que se destacar

¹⁶ Sobre os trabalhos da comissão relatora no CONSUNI, Karine Oliveira – que compôs a comissão – destaca: “Foram as poucas reuniões da comissão relatora pós CONSEPE, três ou quatro no máximo, apesar do GT continuar se reunindo com regularidade e do movimento estudantil fomentar o debate junto aos estudantes (com pouca participação da comunidade) ... A proposta da relatoria era manter o programa o mais próximo possível ao aprovado pelo CONSEPE, sem gerar novas polêmicas e "submeter" os conselheiros a um certo tipo de constrangimento, no sentido de garantir o voto favorável a aprovação do programa (pois sabíamos de um grupo virtual de discussão dos professores e que estes estavam "detonando" o programa). Não lembro de haver reunião ampliada da comissão nem de ter havido alguma referência no tocante as desigualdades de gênero. A estratégia foi abrir a reunião do CONSUNI para a participação do movimento negro e convidar a imprensa local para fazer a cobertura da reunião.”

que com o fortalecimento do movimento feminista, principalmente no hemisfério norte, o Brasil e a Bahia passam também a ter espaços formais de luta feminista que acabam por chegar a universidade.

É certo que estamos falando aqui basicamente de um conjunto reduzido de docentes mulheres que ingressam por meio de concurso acompanhando o movimento de crescimento da presença de mulheres entre o corpo de estudantes. Esse reduzido conjunto de docentes ainda se orientavam (quando se orientavam) por pautas e modelos de organização feminista que não percebiam as variações de origens e demandas do conjunto das mulheres do estado da Bahia.

Cabe também ressaltar que este nascer da representação feminina na universidade, por meio da presença cada vez mais destacada – no ensino e na produção de ciência – de professoras, se trata quase que exclusivamente de um fenômeno urbano, e com poucos impactos percebidos no cotidiano de outras mulheres isoladas nas áreas remotas das periferias e zonas rurais.

A criação desses espaços institucionais de produção de conhecimento (universidades, academias e sociedades científicas) deve ser compreendida como um fenômeno inteiramente urbano... (VANIN, 2015, p. 28)

Assim - ressaltado as especificidades deste nascente movimento feminista na universidade - é fundamental a esta pesquisa compreender um pouco da história do feminismo na UFBA, para com isso avaliar as razões da, repito, aparente ausência de pautas e proposições voltadas à permanência de mulheres na Universidade Federal da Bahia, no período em que esta vivia talvez a sua maior transformação política, e sua maior aproximação de uma reforma universitária.

A forma mais estruturada e conhecida de ampliação da presença feminista na universidade se deu por meio da constituição de grupos que articulavam pesquisadoras interessadas em estudos de fenômenos relacionados à mulher. Este processo é resultado direto da retomada do projeto feminista no Brasil durante os anos 1970, que ao mobilizar mulheres no debate sobre questões específicas da mulher, acaba sendo acompanhada pelo crescente interesse de pesquisadoras que abordam o tema em eventos acadêmicos nacionais (Sardemberg, 1991, p. 07).

Um conjunto de trabalhos, dos quais se destacam estudos produzidos no âmbito do NEIM, buscam analisar o significado deste processo, e qual a sua relação com os avanços próprios dos movimentos sociais. Ao que me parece, como poucas, estas organizações acadêmicas tinham um vínculo bastante salutar com os movimentos sociais feministas, contribuindo para a sua auto-organização e para a produção de estudos que contribuíssem no combater as desigualdades de gênero no Brasil.

Assim, à luz de uma avaliação crítica do caminho percorrido no processo de institucionalização da práxis feminista na academia, nos debruçamos sobre algumas indagações em torno de suas diferentes facetas, quais sejam: a) a conquista e legitimação de um espaço de reflexão e ação específico; b) a disseminação da produção de conhecimentos e incorporação de uma perspectiva feminista de gênero na produção e transmissão dos saberes científicos; e, por último, mas certamente não menos importante, c) as contribuições e perspectivas dessa práxis para o avanço do projeto feminista na sociedade mais abrangente e, em particular, na transformação do cotidiano da própria vida acadêmica. (COSTA; SARDEMBERG, 2014, p. 31)

Mesmo se considerando que ocorrera um rápido processo de institucionalização destes órgãos, verificado, por exemplo, através da pseudo dicotomia entre feminismo político e feminismo acadêmico, ou pela incorporação do termo gênero¹⁷, é correto afirmar que a presença da pesquisa feminista na universidade é um passo importante para o fortalecimento do movimento feminista na universidade.

E não poderia deixar de destacar o papel histórico assumido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), fundado em maio de 1983 como núcleo reunindo professoras e estudantes dentro do então mestrado em Ciências Sociais da UFBA. O NEIM foi fortemente influenciado pelo NEM, Núcleo de Estudos da Mulher da PUC-Rio, fundado em 1979, e “segundo as pegadas das ilustres pioneiras, conquistou o estatuto de entidade competente no âmbito universitário” (Sardemberg, 1998, p. 11).

Em seu panfleto de divulgação, apresentado logo após a fundação, o NEIM apresenta uma série de objetivos acadêmicos e políticos, dos quais destaco o objetivo de “fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que visem a melhoria da condição feminina”

¹⁷ Uma boa reflexão sobre este processo é encontrada em COSTA, Cláudia de Lima. O Tráfico de Gênero. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.127-140.

(idem, 1998, p. 11). O conjunto dos objetivos indica uma clara orientação de, além de produzir e ordenar os estudos sobre as mulheres na UFBA, intervir diretamente na luta feminista na sociedade, por meio do ensino, divulgação, assessoria e pesquisa.

Apesar da amplitude dos objetivos (nove elencados) não há nenhuma referência direta à intervenção nas questões relacionadas a condição feminina na universidade, no debate sobre a baixa representação feminina no corpo docente, e nas discussões sobre as condições anacumênicas da permanência de mulheres no seu corpo de estudantes.

É óbvio que faltam a este estudo elementos suficientes para avaliar todas as intervenções que, certamente, ocorreram e que deram respostas imediatas a questões relacionadas à presença de mulheres na universidade. A minha memória de estudante de graduação em São Lázaro, convivendo ao lado do NEIM, me permite rememorar diversas campanhas, ações e estudos que davam o devido enfrentamento a questões que envolviam as mulheres na universidade, especialmente quanto às situações de violência vividas no espaço universitário.

Dessa forma, o que pretendo refletir aqui é até que ponto a política feminista na época - da qual o NEIM era e ainda é uma das mais destacadas expressões - direcionava como parte de suas prioridades atenção ao tema do ingresso e da permanência de mulheres na universidade. E o quanto esta provável ausência de centralidade deste debate pode também ter contribuído para a ausência de discussões e atenção ao tema do ingresso e da permanência de mulheres na UFBA durante o intenso e longo debate sobre a adoção de ações afirmativas nesta universidade.

Novamente destaco o papel dos indicadores estatísticos acerca da ampliação da presença feminina no corpo de estudantes, e também no corpo docente - mesmo que neste último não tenha representado uma inversão para uma maioria de mulheres - para esta tendência a não indicação das questões relacionadas ao ingresso e permanência como parte das questões prioritárias de pesquisa e intervenção.

Já partir de 1991 um conjunto de compilações estatísticas coordenadas pelo INEP passam a dar amplo destaque a majoritariedade feminina no corpo discente

das universidades, em todas as regiões. Porém, não faltavam ressalvas quanto as complexidades inerentes a estes dados no que se refere as suas dinâmicas de gênero.

O maior número de mulheres na escola e no campus, por si só, é insuficiente para dizer sobre mudanças efetivas nas relações de gênero que são socialmente construídas entre os sexos. Sabidamente, essas relações extrapolam a identificação de sexo por estarem imbricadas nas complexas relações de poder que marcam a nossa sociedade e que, por consequência, se expressam também nos conflitos e nas contradições da escola e do campus. (RISTOFF, 2008, p. 28)

A ausência de proposições claras voltadas a demandas de ingresso e permanência de mulheres no decorrer das discussões sobre as ações afirmativas na UFBA também pode ser relacionada a incipiente organização de um movimento estudantil feminista nesta universidade a época.

Diferente dos dias atuais, onde as organizações de estudantes feministas na UFBA têm assumido uma importância bastante destacada, no período entre a década de 90 e início dos anos 2000, a intervenção estudantil feminista não conseguia níveis de visibilidade ou graus de organicidade que possibilitassem disputar os rumos das ações afirmativas naquele momento. Além da ausência de referências as pautas feministas nos anais daquele período, serve como indicador desta minha percepção a nascente incorporação das pautas feministas no DCE, por meio da incorporação - em sua direção - da Diretoria de Mulheres.

Quando eu entrei na UFBA, que comecei a participar da militância, especialmente a partir de 2002, já tinha Diretoria de Mulheres, [...] eu só não vou me recordar quem foi, nessa gestão, na diretoria de mulheres. [...] Mas eu me lembro que logo nessa primeira gestão que eu entrei (2002) se tentava fazer algumas atividades, mas não era tão forte não viu, não me recordo de nenhuma atividade mais forte assim, ligada as questão de gênero, eu posso ter apagado da memória, mas eu não me recordo não, de nenhuma atividade mais direcionada da diretoria de mulheres. (Ediane Lopes, 28 de outubro de 2016)

Segundo informações obtidas com diversas lideranças estudantis da época, e por algumas ex-estudantes que ocuparam a Diretoria de Mulheres nos seus primeiros anos, provavelmente a diretoria só foi criada a partir de 2002. E junto com a pauta LGBT - que também começa a ser incorporada no conjunto da diretoria do DCE - tinha pouca expressão se comparada as mobilizações da Diretoria de Combate ao Racismo -

que já havia conquistado um grau de organização significativa tanto no DCE quanto na UNE - e as lutas gerais de enfrentamento ao racismo, muito intensas a época.

Mesmo fazendo um esforço de memória e de busca de registros da época, não consigo lembrar de nenhuma ação de política efetiva (da Diretoria de Mulheres). Foi no tempo da violação do painel de votação (no Senado) por ACM. Nos envolvemos muito nos atos, dia e noite, e não desenvolvemos políticas específicas nas secretarias. O que restava de tempo foi ocupado com as disputas internas na época, o que não gerou nenhuma política de gênero na secretaria de mulheres, pelo menos teoricamente, mas contamos com atuações importantes de mulheres na diretoria e com participantes que não estavam na diretoria. Talvez aquele tenha sido o primeiro momento de atuação quantitativa (de mulheres) destacada no DCE. (Carla Patrícia, 20 de outubro de 2016)¹⁸

Apesar desta pequena organização institucionalizada no seio do movimento estudantil, é possível localizar um conjunto de situações, relativamente esparsas, de mobilização de cunho feminista no bojo de denúncias contra os riscos e os casos de violência dentro da UFBA, das quais as mulheres costumam ser as maiores vítimas. Merece também destaque mobilizações de enfrentamento a situações de assédio sexual que sempre eram denunciadas nas relações entre docentes e estudantes, mas também entre os próprios estudantes.

Nesse contexto, o ponto de partida dos debates de gênero sempre perpassava pelas denúncias e busca de soluções para as questões concretas das estudantes da época, então, lembro-me das discussões sobre a ampliação das vagas na creche da UFBA - de modo a garantir a permanência das estudantes na universidade, e a discussão sobre a violência nos campi, esta última com registro de muitos casos de assalto no campus do Canela e o registro de um estupro em um atalho que ligava São Lázaro à Ondina. Nestes momentos, as militantes do movimento estudantil traziam à tona os debates maiores ligados ao movimento feminista, dentre eles: o direito ao corpo a descriminalização do aborto. Foi ainda na gestão de Naomar que apresentamos proposta de recriação do Buzufba, monitoramento e iluminação nos "caminhos" que ligavam os campi às vias públicas e construção da escada que liga a FACED a Creche da UFBA. (Karine Oliveira, 24 de outubro de 2016)

Ainda assim não se verificou neste período o enfrentamento destas questões com políticas institucionais mais firmes, muito menos com uma clara orientação de gênero, voltada as condições de vulnerabilidade das mulheres frente a violência dentro da universidade.

Em momento de crise, como foi a de segurança na Gestão Naomar, quando ocorreram atos de violência generalizada contra a

¹⁸ Diretora de Mulheres do Diretório Central dos Estudantes da UFBA em 2002.

comunidade da UFBA, as mulheres foram citadas, mas esse fato não se transformou em política universitária, pois apenas se reconhecia que as mesmas estavam mais expostas que os homens. (Lina Aras, ex Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- FFCH/UFBA)

Certamente a compreensão do que significou as lutas feministas na UFBA até os dias atuais exigiria um esforço bem mais amplo, que não é o objetivo deste estudo, mas o conjunto de informações, relatos escritos e orais daquele momento histórico nos permitem inferir que não tínhamos uma clara mobilização e reivindicação por políticas específicas de gênero no bojo das políticas propostas pelo Programa de Ações Afirmativas da UFBA.

O caráter contra hegemônico das agendas feministas e LGBT's

O momento atual de análise das políticas de ações afirmativas adotadas nas últimas décadas, tem se configurado como uma importante oportunidade para avaliar quais as conquistas já alcançadas e quais são aquelas que ainda estão em processo de consolidação, mas também é um bom momento para avaliarmos quais as políticas que foram sutilmente ignoradas, no decorrer destes anos.

Apesar dos muitos eventos acadêmicos realizados, pouco esforço teórico e político foi empreendido para avaliar as razões pelas quais aspectos de gênero e sexualidade não foram incluídos nas medidas gerais associadas à Lei de Cotas e as outras medidas locais adotadas pela ampla maioria das universidades.

O mapa das Ações Afirmativas no Brasil, mantido pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA/IESP/UERJ, só identifica três universidades públicas que adotam “outras” modalidades de ações afirmativas para além das reservas de vagas por renda e origem étnico-racial. Até onde é possível identificar pouco ou nenhum interesse tem sido demonstrado pela maioria das universidades¹⁹

¹⁹ A UFBA no seu último Congresso comemorativo dos 70 anos de fundação, apresentou por meio da sua Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, uma minuta de Plano de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas que prevê a adoção de uma série de medidas, tanto nas políticas de ingresso quanto de permanência, voltadas às mulheres e populações LGBT's.

em ampliar as categorias beneficiadas por reserva de cotas, por exemplo.

Mesmo que consideremos que o contexto político brasileiro atual impõe algum tipo de refluxo na constituição de novas demandas, e que a correlação de forças vigente obriga os movimentos sociais e gestores universitários a um movimento de busca pela consolidação/manutenção das medidas já adotadas, devemos considerar que as razões para a ausência do necessário debate sobre ações afirmativas de gênero e sexualidade não obtinham atenção quando a conjuntura política se demonstrava favorável.

É provável que uma condição tática, para a concentração de esforços na luta por políticas de reparação, tenha orientado os principais movimentos sociais envolvidos na defesa de programas voltados as populações afrodescendentes. Do ponto de vista estatístico, o mais simples de observar, era esse o segmento que evidentemente estava fora das universidades, especialmente dos cursos de maior prestígio social. Por essa razão - a tática - poderíamos compreender as bandeiras defendidas.

Porém, ao avaliar as condições de negociação que se interpuseram à adoção das políticas de cotas nas universidades, facilmente verificamos alguns alargamentos (para as populações indígenas) ou recortes (como entre raça, renda e origem escolar) adotados no processo.

Cabe aqui indagar, sem pretender apontar uma resposta pretenciosa, por quais motivos alargamentos ou recortes interseccionais não foram adotados a fim de incluir mulheres e populações LGBT's.

Ações afirmativas para as mulheres não são apenas políticas que beneficiem mulheres mais que os homens para um acerto de contas histórico, nas áreas de emprego, educação, saúde, lazer, esporte e outras, ou seja, políticas que tenham as mulheres como beneficiárias. Não, reivindica-se muito mais. Políticas de ação afirmativa para as mulheres são políticas que se caracterizam por um enfoque de gênero, ou seja, que se orientem por desconstruir relações sociais, mexer em construtos que reproduzem desigualdades. (CASTRO, 2004, p. 04)

E neste debate caberá também a produção de autocríticas quanto às relações hierárquicas e de poder estabelecidas entre os diversos movimentos sociais em luta, no afã de constituir a sua bandeira como a mais urgente, quando não a mais revolucionária, capaz de

produzir, com suas conquistas, avanços automáticos às outras demandas “menores”.

A ilusão criada pelos dados estatísticos gerais, que apontavam o aumento gradativo da presença feminina nas universidades, pode ter contribuído para esta leitura simplória das condições de ingresso e permanência de mulheres nas universidades. Estranho é perceber que não são recentes, nem poucos, os estudos que demonstram a guetização e as dificuldades específicas de permanência de mulheres nas universidades.

Quanto às condições de ingresso e permanência de populações LGBT’s destaco a forte invisibilização imposta a este segmento, seja dentro ou fora da universidade. O que não significa a inexistência de organizações mobilizadas na luta por mais direitos e visibilidades as homossexuais e especificamente aos transgêneros.

Portanto, é preciso reconhecer a validade histórica das demandas por políticas de ingresso e permanência para mulheres e LGBT’s, avançando em programas existentes ou em debate, como por exemplo, as políticas de creche e licença maternidade para mulheres e a adoção do nome social para os estudantes transgêneros, e ousando construir programas com alto teor de radicalidade como, por exemplo, a adoção de cotas para travestis e transexuais e para mulheres em cursos das ciências exatas com reduzida presença comprovada destas. Esta última medida ainda exigiria um longo processo de discussões e atualizações de dados por conta do constante crescimento da presença feminina em praticamente todas as áreas.

[...] no que se refere às mulheres, entendo que a maior fragilidade não está no acesso, mas, sim, na permanência. Entendo ser necessário e urgente a adoção de estratégias institucionais que tornem menos penosos os itinerários formativos e profissionais das mulheres, especialmente quando estão grávidas e/ou possuem filhos menores. No caso dos(as) transgêneros, a triste realidade de exclusão socioeconômica e de violência social cotidiana às quais estão submetidos(as) exige todos os esforços possíveis para garantir direitos básicos de cidadania. No que diz respeito ao Ensino Superior, a reserva de vagas é imprescindível, tanto para entrada na graduação e na pós-graduação, como em todos os programas acadêmicos na docência, no corpo técnico-administrativo e na Administração Central. (Rejane Fernandes, outubro de 2016)

É preciso também reconhecer o potencial político destes novos passos no fortalecimento e consolidação dos passos dados nos últimos dez anos. Avançar para

ampliar as conquistas das ações afirmativas, incluindo outros sujeitos políticos que demandam por direitos, ampliará também os alicerces das trincheiras, que serão necessárias para que não haja nenhum recuo das visíveis vitórias conquistadas com as ações afirmativas no Brasil.

As trajetórias de luta dos movimentos feministas e dos diversos movimentos LGBT’s já demonstraram o seu caráter de crítica estrutural à sociedade capitalista. As diversas opressões verificadas no mundo moderno se inter cruzam por muitas vezes, e expõem assim a necessidade de uma articulação contra hegemônica que amplie as conquistas, sem que isso signifique a subsunção, ou mesmo a exclusão, de um grupo pelo outro.

Referências

CARDOSO, Nádía Maria. Instituto Steve Biko – Juventude Negra Mobilizando-se por Políticas de Afirmação dos Negros no Ensino Superior. Dissertação. Mestrado em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006. 247 páginas.

CASTRO, Mary Garcia. Políticas Públicas por Identidades e de Ações Afirmativas: Acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. [online] Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexo/s/28334-28345-1-PB.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. Teoria e práxis feministas na academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. Revista Feminismos. Salvador, Vol. 2, N. 2, p. 31-39, Maio-Agosto. 2014.

QUEIROZ, Delcele M. Ações Afirmativas na Universidade Brasileira e Acesso de Mulheres Negras. Revista Ártemis, João Pessoa, Vol. 8, p. 132-145. Jun. 2008.

RISTOFF, Dilvo. A mulher na educação superior brasileira. In: Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira, Brasília-DF, 6 e 7 de dezembro de 2007. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 13-29

SARDENBERG, Cecília M. B. Quinze Anos de NEIM: 1983-1998. Salvador: Núcleo de Estudos

Interdisciplinares sobre a Mulher/ FFCH (UFBA), 1998.

SILVA, Valdélcio Santos. Políticas de Ações Afirmativas na UNEB. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, Ano XX, Vol. 46, p. 92-98. Jun. 2010.

TELES, Jocélio; QUEIROZ, Delcele. As cotas na Universidade Federal da Bahia: História de uma decisão inédita. In: TELES, Jocélio. Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012, p. 41-74

TENÓRIO, Robinson Moreira; REIS, Dyane Brito. Ações Afirmativas e Estratégias de Permanência no Ensino Superior. [online] Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2032/dyane%20brito%20reis.pdf. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.

VANIN, Iole Macedo. As damas de branco. Médicas, odontólogas e farmacêuticas. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2015.